



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A expansão das linhas telegráficas na fronteira oeste do
Brasil: uma das frentes da Modernização na I República
(1890 a 1915)**

DANIEL GUILHERME RODRIGUES GAMA

BRASÍLIA / 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A expansão das linhas telegráficas na fronteira oeste do Brasil: uma das frentes da Modernização na I República (1890 a 1915)

Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Daniel Guilherme Rodrigues Gama, matrícula 17/0068773, apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, sob orientação da Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita, em 16 / 02 / 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita
Orientadora
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Albene Míriam Menezes Klemi
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos
Universidade de Brasília

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha esposa, Alice, por me dar forças para concluir este trabalho. Em seguida, gostaria de prestar uma homenagem especial ao meu pai falecido, que mesmo não estando mais presente fisicamente, sempre estará presente em minha memória e em meu coração. O amor e o apoio incondicional dele durante toda a minha vida acadêmica serão eternamente lembrados. Quero também agradecer à minha mãe que tanto apoio me deu na minha vida escolar e acadêmica.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Doutora Léa Maria Carrer Iamashita, pelas valiosas contribuições e pela dedicação no acompanhamento deste trabalho. Além disso, agradeço aos colegas e professores da Universidade de Brasília, pelo apoio e conhecimento compartilhado.

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de todos vocês. Muito obrigado.

Resumo

Este trabalho trata de historicizar uma das frentes da Modernização na Primeira República do Brasil: a expansão das linhas telegráficas na fronteira oeste do país, entre os anos de 1890 a 1915. Utilizando as categorias “modernização” e “integração”, centrais no debate público do final do século XIX e início do XX, procuramos evidenciar como o Exército Brasileiro, orientado pela ideologia positivista, defendeu e assumiu a responsabilidade de instalar na isolada fronteira oeste do país —o telégrafo, um dos expoentes tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, como instrumento de integração do país. Procuramos evidenciar ainda a importância da participação indígena no empreendimento, em momento de grande debate público acerca da questão indígena e da criação do Serviço de Proteção aos Índios, pois tanto a instalação das linhas telegráficas como a questão indígena se articulavam à perspectiva integracionista e civilizadora do Estado.

Palavras-chaves: Telégrafos; Exército; SPILTN, Fronteira Oeste, I República.

Abstract

This work aims to historicize one of the fronts of Modernization in the First Republic of Brazil: the expansion of telegraph lines on the western frontier of the country, between the years 1890 to 1915. Using the categories "modernization" and "integration," central to the public debate of the late 19th and early 20th centuries, we seek to demonstrate how the Brazilian Army, guided by positivist ideology, defended and assumed responsibility for installing the telegraph in the isolated western frontier of the country as an instrument of national integration. We also seek to highlight the importance of indigenous participation in the endeavor, at a time of great public debate about the indigenous issue and the creation of the Indian Protection Service, as both the installation of telegraph lines and the indigenous issue were linked to the integrationist and civilizing perspective of the state.

Key words: Telegraphs; Army; SPILTN, Western Frontier, First Republic.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1: Telégrafo – a tecnologia para a integração da fronteira oeste do Brasil, na percepção do Império	10
Capítulo 2: A ciência, a tecnologia e a expansão das linhas telegráficas sob o protagonismo do Exército, na I República.....	17
Capítulo 3: A cooptação dos povos indígenas do Mato Grosso para a construção e ampliação das linhas telegráficas, sob orientação da ideologia positivista	23
3.1 A articulação entre “Comissões de Linhas Telegráficas”, o Positivismo e o “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”	26
Considerações Finais	32
Fontes	34
Referências Bibliográficas	35

Lista de Abreviaturas e Siglas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

RGT – Repartição Geral dos Telégrafos

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

Introdução

Ao longo do curso de graduação em História nos debruçamos sobre o estudo da experiência de transição entre o Segundo Reinado e a Primeira República Brasileira, um período de profundas demandas acerca do desenvolvimento e de modernização¹ do Brasil. Naquele momento, ocorria concomitantemente uma Revolução Científico Tecnológica na Europa e nos EUA, e que era acompanhada de perto pelas elites civil e militar brasileiras, que saíam do Brasil para estudar na Europa e traziam consigo o desejo de mudar o país.

Na Primeira República (1889-1930), ainda mais essas elites se empenharam para adquirir e implantarem esses avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial no Brasil, uma vez que desejavam acelerar o projeto modernizador da nação e se mostrarem mais competentes que o regime imperial.

E como a historiografia tem privilegiado a abordagem da historicidade desse processo na região sudeste, ou nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo ou em outras capitais brasileiras, interessamo-nos por pesquisar o processo de modernização instituído na Primeira República fora dos grandes centros urbanos, em regiões mais isoladas ou pouco habitadas do Brasil.

Acabamos por recortar para a pesquisa o processo de modernização do sistema de comunicação na Primeira República, por meio da construção de linhas de telégrafos elétricos

¹ Entende-se por Modernização, no mundo ocidental, aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização. Norberto Bobbio. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. P. 768.

na fronteira oeste do país, particularmente no estado de Mato Grosso, região isolada e, à época, com muitas áreas desconhecidas.

O objetivo do trabalho é propriamente o de historicizar a construção e expansão das Linhas Telegráficas na fronteira oeste do Brasil, uma das frentes da modernização republicana, entre os anos de 1890 a 1915.

As categorias fundamentais para nosso trabalho foram as de “modernização” e de “integração”² (como esta era chamada à época). A modernização era tema central no final do século XIX no Brasil, inclusive entre os oficiais do Exército brasileiro que, influenciados pelo positivismo, acreditavam em uma inexorável marcha para o progresso. Já a integração foi um objetivo muito defendido pela elite militar, preocupada com o isolamento da região oeste do Brasil e com a falta de comunicação que impactava as condições de defesa das fronteiras. Defendiam por isso a integração das regiões isoladas do Brasil, de forma a estarem conectadas ao controle do governo federal.

Nossas fontes de pesquisa, custodiadas pelo Arquivo do Senado Federal, consistiram principalmente dos documentos da “Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso” e da “Missão Rondon”,³ que foram editados 2003 contendo 284 páginas, são relatórios das expedições instaladoras das linhas telegráficas, um misto de missão exploratória, científica, desbravadora da fronteira oeste e construtora. A Mesa Diretora do Senado brasileiro, buscou editar, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil. Também utilizamos de documentos inseridos na obra biográfica de Cândido Mariano Rondon, escrita por Esther Viveiros e editada pela Biblioteca do Exército.

² Integração, *lato sensu*, significa a superação das divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização. De regra, esta organização é, atualmente, o Estado-nação; trata-se, então, de dissensões entre os vários grupos que fazem parte do Estado. Se a organização é constituída de uma federação, as fraturas decorrem do grau de heterogeneidade dos Estados-membros. A Integração pode ser vista como um processo ou como uma condição. Se for vista como uma condição, falar-se-á de organizações mais ou menos integradas. O nível de Integração dependerá dos setores específicos que se leva em consideração. Assim, poder-se-á ter uma alta Integração jurídica e econômica juntamente com uma baixa Integração política; este parece ser um caso muito admissível. Normalmente a Integração econômica e a jurídica são duas condições que favorecem a Integração política; quando, porém, o poder político é o motor da Integração, um de seus primeiros atos será a tentativa de promover a Integração jurídica e econômica. Norberto Bobbio. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. P. 632.

³ MISSÃO RONDON. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

As obras que consistiram no suporte historiográfico para nosso trabalho foram: “Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil”, de Laura Antunes Maciel, que aborda os aspectos tecnológicos e de inovação representados pelo telégrafo elétrico; “Forças Armadas e Política no Brasil”, de José Murilo de Carvalho, que aborda a atuação das Forças Armadas na construção da República; “História do Índio no Brasil”, organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que abarca a participação dos povos indígenas brasileiros na construção das linhas telegráficas no Mato Grosso; e a biografia elaborada a partir dos relatos do próprio Marechal Rondon, da jornalista Esther de Viveiros, “Rondon conta a sua vida”.

Trabalhamos com o referencial teórico da Nova História Política que, a partir da década de 1970, desenvolveu um processo significativo de renovação da história política, e no estudo das relações de poder. Nesta perspectiva, o Estado não é mais o único objeto privilegiado de estudo, muito menos os “grandes homens” ou as guerras, embora também não se abra mão de estudá-los. (RÉMOND, 2003)

É que as noções teóricas da Nova História Política consideram o poder articulado às dimensões social e cultural. Considera a ação política engastada no seu contexto histórico, por indicar que, se as trajetórias individuais ou coletivas se enraízam no contexto, o indivíduo ou o grupo não desfruta de liberdade absoluta a ponto de poder agir apenas conforme sua vontade e subjetividade. Esclarece bem que o contexto limita culturalmente e socialmente a liberdade de ação. Por outro lado, evidencia que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras ou de negociação. (LEVI, 2006)

O presente trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro, tratamos do telégrafo elétrico como um dos expoentes tecnológicos da Segunda Revolução Industrial e de como ele foi demandado pelo governo e pela elite imperiais. Destacamos também como a Guerra do Paraguai impactou na percepção de urgência de expansão das linhas telegráficas no Brasil.

No segundo capítulo, evidenciamos o papel do Exército na condução da construção das linhas de telégrafos na fronteira oeste do Brasil, a influência do ideário positivista e o papel que o Marechal Cândido Mariano Rondon acabou exercendo na orientação do processo.

No terceiro capítulo, tratamos da cooptação dos indígenas para o trabalho de construção e manutenção das linhas telegráficas, do debate público aberto acerca da questão indígena e da criação do serviço de proteção aos índios, pois todos estes aspectos se articulavam à perspectiva integracionista e civilizadora para o desenvolvimento de mão-de-obra agrícola para a região.

Capítulo 1: Telégrafo – a tecnologia para a integração da fronteira oeste do Brasil, na percepção do Império

A Primeira República Brasileira (1899-1930) foi instaurada contemporaneamente à chamada *Belle Époque*,⁴ que correspondeu a um momento de grande desenvolvimento técnico, científico e industrial nas economias da Europa e dos Estados Unidos. Dado a magnitude dessas transformações, da velocidade com que se deram e dos impactos na economia e nas sociedades, foi atribuído ao conjunto dessas mudanças tecnológicas o nome de Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica. (NOVAIS; SEVCENKO, 2002)

Apesar de ser comumente denominada de “Segunda”, a Revolução Científico-Tecnológica na realidade é muito mais complexa, ampla e profunda do que um mero desdobramento da Primeira Revolução Industrial. Ela de fato representou um grande salto, em termos qualitativos e quantitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada. Isso foi resultado da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, na saúde pública, na infraestrutura urbana e sobretudo na comunicação. Em poucas décadas, inúmeros avanços ocorreram, de tal maneira que mudou a forma como as pessoas trabalhavam, se alimentavam, moravam e como se comunicavam. Nicolau Sevcenko destaca algumas dessas mudanças que revolucionaram a vida social, ao final do século XIX:

⁴ A Belle Époque foi um período de prosperidade e otimismo na Europa, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX. Durante este período, as nações europeias experimentaram uma grande quantidade de mudanças econômicas, sociais e políticas. O termo "Belle Époque" foi usado pela primeira vez na França e se espalhou rapidamente para outros países europeus e foi caracterizada por um aumento na produção industrial. Disto, resultou em uma maior riqueza e um estilo de vida mais sofisticado para as classes mais ricas. Além disso, houve um desenvolvimento significativo nas artes, ciências e tecnologias. As cidades europeias experimentaram uma transformação arquitetônica e urbanística, com a construção de novos edifícios, parques e boulevares. No entanto, a Belle Époque também foi marcada por desigualdades sociais e políticas, já que as mudanças econômicas não foram acompanhadas por mudanças políticas significativas. Ainda assim, a época foi vista como uma era de prosperidade e esperança, e é lembrada com nostalgia por muitos europeus. Maria de Lourdes Teixeira “**A Belle Époque na Europa: um retrato da sociedade e da cultura do século XIX**”. 2000, p. 17.

No curso de seus desdobramentos surgiram, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o sabão em pó,... (NOVAIS; SEVCENKO, 2002: p. 9)

A descoberta da energia elétrica e do eletromagnetismo fizeram da eletricidade um foco de atenções dos físicos da época. A rapidez com que a corrente elétrica se deslocava nos condutores fez com que se iniciassem várias tentativas de utilização da eletricidade para a transmissão de informação, o que resultou em diversos avanços como o uso de fios condutores e um complexo sistema de codificação e decodificação de mensagens.

A informação que antes era transportada por cavalos e navios, passou a ser transportada na velocidade da luz, impactando, portanto, a velocidade das comunicações pelo mundo. Dentre estas tecnologias nos interessa destacar neste trabalho o telégrafo elétrico. Seu advento e sua rápida expansão proporcionou um encurtamento das distâncias, uma vez que uma notícia que levava dias para percorrer um longo território, com o telégrafo levava alguns minutos.

O telégrafo elétrico que usava códigos foi desenvolvido nos Estados Unidos, por Samuel Finley Breese Morse (1791-1872). Sua invenção concebia um sistema telegráfico que exigia apenas um único fio, aparelhos de transmissão e recepção, e um código, que fora batizado com seu nome, o “código Morse”. Esse sistema de comunicação representava uma enorme simplificação e economia nos custos de implantação e manutenção em relação aos sistemas de telegrafia anteriormente utilizados, como o telégrafo óptico.⁵

Durante a Guerra de Secessão Americana (1861-1865), o telégrafo elétrico se mostrou importante instrumento de comunicação entre o comando e o campo de batalha, mudando completamente a dinâmica e o ritmo da guerra.

⁵ A telegrafia óptica ou visual consiste na transmissão de mensagens à distância, por meio de sinais visuais ou mecânicos. Desde a antiguidade clássica que se conhecem formas mais ou menos elementares de comunicação telegráfica visual, por meio de bandeiras, faróis, tochas, fumaça, dentre outros. Por volta do século XVII com a invenção do telescópio moderno foi possível ampliar as distâncias entre os pontos de transmissão e recepção. Isabel de Luna; Ana Catarina Sousa; Rui Sá Leal. **Telegrafia visual na guerra peninsular (1807-1814)**. Santa Catarina: Câmara Municipal de Mafra, 2008.

As iniciativas para a instalação deste telégrafo no Brasil, surgiram, em parte, da curiosidade de alguns engenheiros e professores das Academias Militares da Corte. De outra parte, das necessidades do Governo Imperial de agilizar e controlar o tráfico de escravizados, que acontecia mesmo após a publicação da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia este tráfico.

Navios negreiros continuavam a desembarcar escravizados até mesmo nas vizinhanças da Corte. A partir do ano de 1850, os relatórios do Ministério da Justiça falavam dos “séculos de atraso” que separavam o Brasil dos benefícios da revolução técnico-científica vividos pelos povos Europeus e da América do Norte. Dentre as invenções tecnológicas, o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz (1812-1868), destacava o telégrafo, pois pretendia utilizá-lo como instrumento que ajudasse no cumprimento da lei de sua autoria.

Da associação de interesses dos militares e do Ministro da Justiça deu-se a construção da primeira linha de telégrafo elétrico no Brasil, em 1852, ligando a Quinta Imperial ao Quartel General do Exército, ambos na cidade do Rio de Janeiro, sob a justificativa da necessidade de expedir ordens rápidas para a repressão ao tráfico de escravizados. A construção da linha foi coordenada pelo professor Gustavo Schüch Capanema, da Escola Militar, com a utilização de materiais e aparelhos adquiridos em Londres; com trabalho escravizado; e ainda, com a mão de obra dos presos da Casa de Correção. (MACIEL, 2001)

Para alcançar o objetivo do Ministro da Justiça seria fundamental que o telégrafo alcançasse todo o território nacional. Por isso, em 1855, foi criada a Repartição Geral dos Telégrafos (RGT), com a responsabilidade de unir e integrar as províncias brasileiras com linhas telegráficas. (MACIEL, 2001)

Ao longo da segunda metade do século XIX, a expansão das linhas prosseguia lenta, devido à extensão territorial do Brasil e à falta de recursos (SILVA; MOREIRA, 2007), mas a Guerra do Paraguai (1865-1870) evidenciou a precariedade das comunicações entre a Corte e o centro-sul do país. Com a guerra, ficou muito visível a fragilidade da defesa das fronteiras imperiais e, principalmente, quanto o telégrafo poderia auxiliar na solução desses problemas. Percebeu-se a urgência da imediata expansão das linhas telegráficas e também da aceleração do processo de instalação.

Os militares, que já acompanhavam atentamente o desenvolvimento tecnológico da Europa e EUA, passaram ainda mais a criticar o atraso da modernização do país,

particularmente no que se referia à falta de um sistema de comunicação rápido imprescindível em um momento de guerra.⁶ (MACIEL, 2001)

A fronteira oeste do Brasil correspondia à região da província de Mato Grosso e era espaço geográfico brasileiro onde se desenrolou a guerra. As condições dessa fronteira, com baixa densidade populacional, cujo difícil acesso se dava basicamente pelos rios Paraguai e Paraná, resultava em grande desafio para sua proteção e manutenção. Sendo uma região distante e isolada da capital federal, passou a ser alvo de grande preocupação dos militares à frente da guerra.

A província de Mato Grosso nesse período compreendia o que hoje são os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, e fazia fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

O Mapa do Brasil abaixo (1) evidencia a longa extensão da fronteira oeste, os países que lhe faziam divisa e a distância da província do Mato Grosso até a capital Rio de Janeiro.

Mapa 1: Brasil à época da Primeira República (1922)

⁶ Comenta José Murilo de Carvalho que na esteira da Guerra do Paraguai está também o fortalecimento e o destaque que o Exército ganhou frente ao Império. Lembra o autor que era a Marinha, historicamente, a força militar mais reconhecida no Brasil, desde o início do império. José Murilo de Carvalho “**Forças Armadas e Política no Brasil**”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



Fonte: Mapa da República dos Estados-Unidos do Brasil. Produzido pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (1922).

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), o governo imperial adotou uma série de medidas para a defesa e a ocupação da vasta região oeste, considerada a mais vulnerável do Império. Para controlar o território, o governo iniciou o desbravamento da região, instalando postos militares e criando vilas e povoados, de forma a incentivar as atividades econômicas locais. Isto se deu a partir da instalação de linhas telegráficas que ligariam os centros urbanos às regiões remotas de Mato Grosso.

Ainda assim, em 1888, com a justificativa de garantir a segurança do país, o Governo Imperial deu início à linha telegráfica que deveria alcançar o extremo oeste do Brasil, até a fronteira do Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia. A linha deveria partir da cidade de Franca-SP, passar por Uberaba-MG, atravessar a província de Goiás, para chegar à Cuiabá-MT.

A princípio, esse trecho foi confiado à direção do General Cunha Matos,⁷ mas depois, para acelerar os trabalhos, o mesmo Governo selecionou outra turma de engenheiros militares, encarregados de se dedicar à outra parte do trajeto, o da linha que ligaria Cuiabá até um ponto do rio Araguaia, que avançaria até Goiás.

Todas essas medidas não produziram o resultado esperado. Ao final do Império, as duas comissões enfrentavam inúmeros desafios para estender as linhas telegráficas nos sertões da fronteira oeste brasileira.⁸ O Governo Imperial tinha alcançado sucesso em estender o telégrafo elétrico no Sudeste e conectando a região da Corte até vários pontos do litoral brasileiro. Mas estender o telégrafo até a fronteira oeste era outro nível de dificuldade.

A província de Mato Grosso – que hoje compreende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, apresentava três biomas bem definidos: o cerrado, o pantanal e a floresta Amazônica. É um dos lugares com maior volume de água doce do mundo. Conta com inúmeros rios, aquíferos e nascentes, o que, se por um lado significava um meio de transporte para homens e para o material utilizado na construção das linhas, por outro, era um obstáculo para a construção das linhas de telégrafos.

O Pantanal é a maior área alagável do planeta, o que tornava o trabalho um grande desafio, pois nos períodos de alagamento as temperaturas podiam passar dos 40°C e nos períodos de seca, podiam chegar próximo a 0°C, dificultando as adaptações para o trabalho.

A floresta Amazônica ocupava cerca de metade do território mato-grossense e até o final do século XIX era uma área pouco conhecida pelo governo brasileiro. Construir as linhas telegráficas nesse bioma era um desafio gigantesco, pois além de ser necessário desbravar quilômetros de floresta intocada, era preciso fazer a manutenção das linhas. Uma árvore que eventualmente caísse na rede gerava um grande problema. O clima e a variação do mesmo ao longo do ano, as chuvas torrenciais que impediam a progressão dos trabalhos nas linhas foram questões recorrente nos relatos da comissão de linhas de telégrafos.

Outro grande obstáculo na construção dos telégrafos foram as doenças tropicais, particularmente a febre amarela e a malária. Estas, já eram conhecidas no Brasil, mas eram endêmicas na região amazônica. A morte por doenças estava sempre à espreita dos membros da comissão de linhas telegráficas e era recorrente também entre os indígenas da região. E não

⁷ **MISSÃO RONDON.** Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

⁸ *Idem, ibidem.*

apenas de malária se morria nessa região do Mato Grosso, mas também de arboviroses, leishmanioses, de infecções de transmissão hídrica ou associadas à água, como a febre tifoide, as gastroenterites e a leptospirose. (PESSOA e MARTINS, 1982)

As populações indígenas da região foram um desafio à parte, pois havia inúmeros povos não contatados e outros que viviam em conflito com os fazendeiros da região, desafio a que retornaremos adiante no trabalho.

Assim, quando a República foi proclamada, algumas linhas telegráficas já tinham sido instaladas ligando o Rio de Janeiro a pontos do Mato Grosso, porém, os resultados alcançados eram muitos esparsos. (OLIVEIRA, 2006) Restava ao regime republicano continuar a tarefa ou concluir de fato a incorporação da fronteira oeste ao sistema de comunicação telegráfica do governo brasileiro.

Capítulo 2: A ciência, a tecnologia e a expansão das linhas telegráficas sob o protagonismo do Exército, na I República

O movimento republicano, deslanchado nos anos 1870, elaborava e disseminava uma imagem do Império associada à estagnação, à monotonia, à lentidão no processo de modernização da nação. À esta imagem, se contrapunha outra, a prometida pelo futuro regime republicano, um novo tempo, ágil e vivaz, que seria alcançado com a descentralização política, com o aumento da participação política, com a reunião de estados federados pela Constituição. Dentre estas argumentações de demanda por modernidade, estava a cobrança de maior agilidade e desempenho das comunicações telegráficas, de modo a atender o rápido crescimento do número de telegramas e promover a interiorização da nação via telégrafo (MACIEL, 2001).

Nesse contexto, quando os militares ascenderam à cúpula do Estado, em 1889, eles se utilizaram desse discurso modernizador e se empenharam em ampliar a comunicação no país por meio dos telégrafos. Enquanto nos EUA a expansão dos telégrafos foi de responsabilidade de empresas privadas, no Brasil, engenheiros militares chefiavam comissões para construção de linhas telegráficas, entendendo que estas, não só aumentariam a segurança da extensa fronteira nacional, como reforçariam a presença do poder central, além da ocupação e o desenvolvimento das regiões mais isoladas.

Sabemos que foi um oficial militar superior, sem comando de tropa, que teve papel fundamental na articulação do golpe republicano, o Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar, sediada no Rio de Janeiro. Além do fomento do golpe em si, a atuação de Benjamin Constant se articulou à formação científico-positivista de estudantes militares e integrantes do baixo oficialato, enquanto estes cursavam a Escola Militar no Rio de Janeiro. (ABREU, 2015).

Também tiveram pequena participação um conjunto de oficiais de baixa patente do Exército (alferes-alunos, tenentes e capitães) influenciados pelas ideias nacionalistas de modernização social, da necessidade de desenvolvimento tecnológico do país e de melhorias para a corporação militar, evidenciando um forte corporativismo que se tornaria uma grande característica das forças armadas brasileiras (CARVALHO, 1990).

A Escola Militar da Praia Vermelha funcionou como espaço de sociabilidade onde se desenvolveram dois poderosos elementos de coesão social: a mentalidade “científica”, predominante na cultura escolar, e a importância dada ao mérito pessoal. Esses elementos culturais informaram a ação política que levou ao fim da monarquia e à instauração de um regime republicano no Brasil.

A supervalorização da ciência expressava-se na própria maneira pela qual os alunos se referiam informalmente à Escola como “Tabernáculo da Ciência”, deixando desde logo evidente a alta estima que tinham pelo estudo das ciências. É importante observar que a Escola Militar foi durante muito tempo a única escola de engenharia do Império. Precisamos destacar que a Escola não era passagem obrigatória para a ascensão na carreira militar, gerando com isso um “fosso” entre os oficiais formados na Escola Militar e o restante (a maioria) da oficialidade do Exército, sem estudos superiores, mais ligados à vida na caserna, com a tropa.

Se havia o desejo de ascensão do Exército na política nacional, ainda mais o interesse de maior representatividade desses jovens oficiais formados na academia, que manifestavam o desejo de fazer parte dos debates sobre a “civilização” do país ou do seu direcionamento político. Destacamos Euclides da Cunha, cuja obra expressou a preocupação com a identidade nacional brasileira, que detalhou aspectos físicos, geográficos e sociais do sertão do Brasil, que falava sobre a necessidade de integrar e estudar a região amazônica sob os aspectos botânicos, minerais e da fauna. Euclides frequentou os cursos de Estado-Maior e Engenharia Militar na Escola Militar da Praia Vermelha, foi aluno de Benjamin Constant, e teve como colegas, entre outros, Cândido Rondon e Lauro Muller. (CUNHA, 2014)

Observamos que durante todo o Império, foi clara a hegemonia dos bacharéis em direito no centro influente da elite. Enquanto o status social dos militares era baixo, os jovens bacharéis em direito tinham caminho aberto para cargos e funções públicas em todos os quadros administrativos e políticos do país. Os jovens “científicos” do Exército tinham que lutar para situar-se melhor dentro de uma sociedade dominada pelos bacharéis (ABREU, 2015). Como golpe Republicano, aumentara a influência do positivistas “científicos”, os engenheiros formados nas academias militares.

Um militar que se engajou no processo de modernização e particularmente do avanço tecnológico no Brasil foi o engenheiro militar Barão Gustavo Schüch Capanema,⁹ que estudara

⁹ O Barão Gustavo Schüch Capanema foi avô de Gustavo Capanema Filho, Ministro da Educação do Governo Vargas, de 1938 a 1945. Paulo Brandi. Gustavo Capanema Filho. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em:

engenharia na Europa, sob auspícios do Visconde de Barbacena. Na Europa, o Barão Capanema teve contato com os avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial e concluiu o curso de engenharia na Escola Politécnica de Viena. Doutorou-se ainda em matemática e ciência pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi um dos principais ideólogos dentro do Exército em defesa da expansão das linhas de telégrafos elétricos.

Além dos militares já destacados, lembramos que o Marechal Deodoro da Fonseca, responsável pelo ato de “proclamar” a República e que foi o único general a participar do golpe, estivera no comando militar da província de Mato Grosso, durante o Império. Portanto, sabia por experiência própria o quão urgente era a tarefa de se estabelecer a ligação telegráfica de Mato Grosso com a capital do país.

A comunicação da então capital da República, Rio de Janeiro, com a fronteira oeste do país já tinha se mostrado essencial durante a Guerra do Paraguai e continuava a ser considerada questão bastante sensível, haja vista os conflitos na região em torno da exploração da borracha, que culminaram na Questão Acreana, ou “Revolução Acriana”, entre 1899 e 1903.

Apesar da extensão das linhas telegráficas construídas até 1889, cerca de 19 mil quilômetros, a Proclamação da República ainda encontrou três províncias — Mato Grosso, Goiás e Amazonas — isoladas do circuito teleográfico brasileiro, inacessíveis às notícias do restante do país e desarticuladas da vida nacional.

Florian Peixoto, então Ministro da Guerra do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, tratou de apressar o andamento das obras de expansão telegráfica no sentido da fronteira oeste, reorganizando duas comissões de telégrafos, confiando a chefia da primeira ao então Coronel Ewerthon Quadros e a da segunda, ao Major Gomes Carneiro, cujos trabalhos foram iniciados em 1890.¹⁰

Seguindo a sugestão do Tenente Coronel Benjamin Constant, o Major Gomes Carneiro convidou Cândido Mariano Rondon para se juntar a ele na Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, como ajudante.

Natural do município de Santo Antônio de Leverger, distrito de Mimoso, Mato Grosso, Cândido Rondon tinha ascendência indígena e europeia. O sobrenome espanhol, Rondon,

<<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho>> Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁰ Relatório MISSÃO RONDON. “Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915”. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003”.

provinha da avó paterna. Da parte de mãe tinha ascendência de quatro etnias indígenas da região: os Guaná, os Nhausçu, os Terenas e os Bororos.

O conhecimento da região e também a ascendência indígena certamente contribuíram para a indicação do nome de Rondon para integrar a comissão telegráfica de Mato Grosso. Quando começou a acompanhar o Coronel Gomes Carneiro nos trabalhos dessa comissão, Rondon era apenas um alferes. Nos 25 anos seguintes prosseguiu na empreitada, alcançando a patente de Marechal e consolidando seu nome como o militar responsável pelo desbravamento do interior brasileiro, como também pela expansão da rede de telégrafos. (VIVEIROS, 2010)

Assim, podemos dizer que o Marechal Rondon foi um importante personagem na articulação e desdobramento do ideário científico e positivista disseminado na escola militar por Benjamin Constant, e ele representa bem o ímpeto modernizador dos militares no início da República, ao protagonizar o desbravamento e a interiorização do território brasileiro.

Nesta primeira etapa, a Comissão de Telégrafos no governo republicano retomou a linha da fronteira oeste de Cuiabá ao Araguaia, e entre 1890 e 1891, foi concluído o trecho de 580 km de linha telegráfica entre Cuiabá e uma estação no oeste de Goiás, às margens do rio Araguaia, de onde deveria se conectar com o restante do País.

Em 1900, a Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso já era comandada pelo então Capitão Cândido Mariano Rondon e tinha como objetivo principal levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária.

Os trabalhos desta etapa, a ligação no Estado de Mato Grosso – de Cuiabá a Corumbá, prolongando-se até as fronteiras de Paraguai e Bolívia –, tiveram início em 1900 e foram concluídos em 1906, após a construção dos últimos 117 km da linha ligando Cuiabá-Cáceres, totalizando 16 estações e 1.667 km de linhas telegráficas, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira com o Paraguai e a Bolívia¹¹.

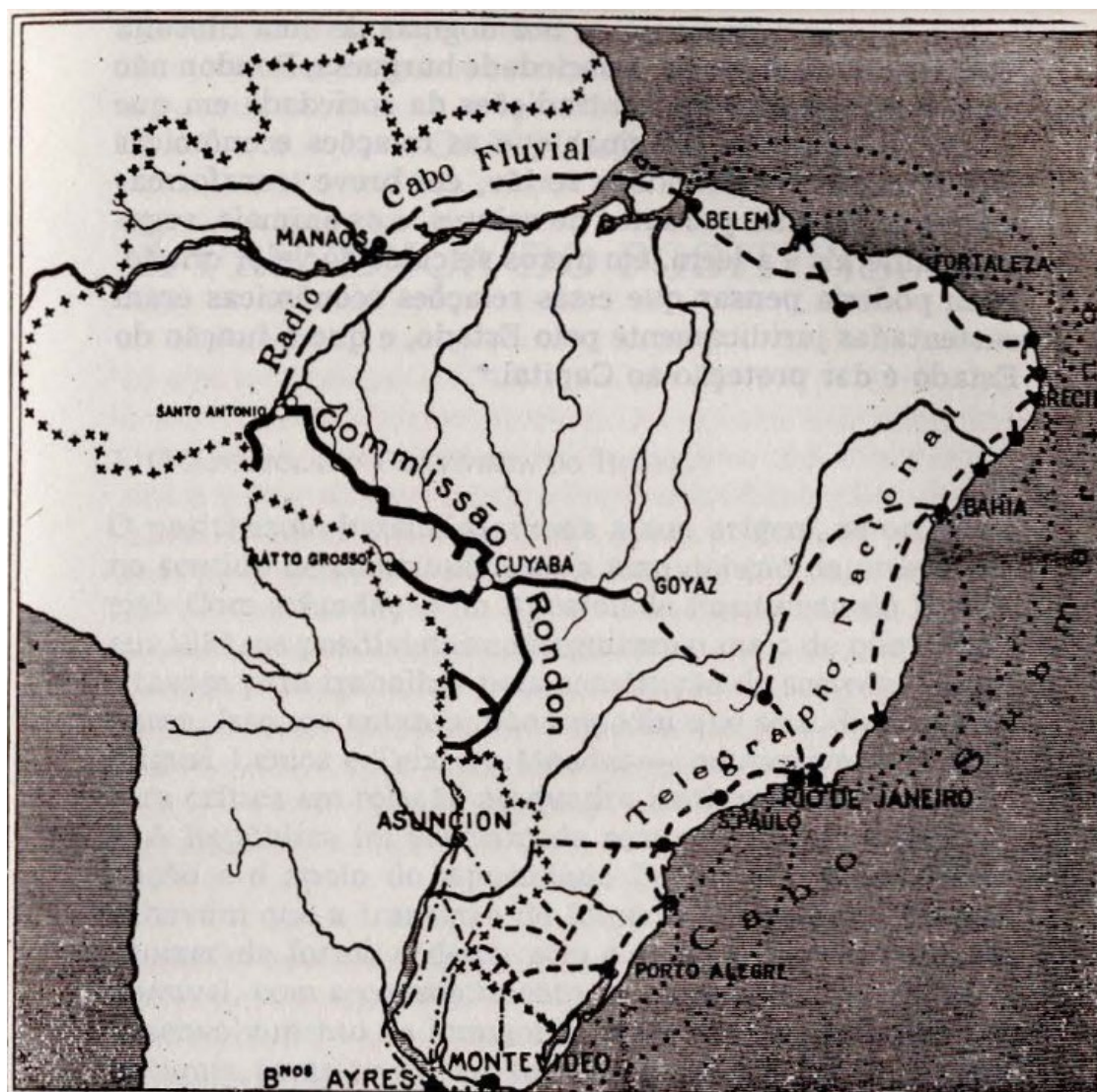
Em fevereiro de 1907, para a ligação de Mato Grosso ao Amazonas, foi criada nova comissão e Rondon foi novamente o escolhido para a chefia. O presidente Afonso Pena planejava executar medidas que consolidassem a incorporação ao Brasil dos territórios do Acre, do Porus e do Juruá. Ele desejava que a tomada de posse dessa parte de sertão fosse feita priorizando a integração dessa região à rede telegráfica brasileira. Estaria assim aberta a região

¹¹ *Idem ibidem.*

ao estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima das florestas e rios, enfim, incorporando a região ao “mundo civilizado”. (DOMINGUES, 2010)

O mapa abaixo (2) demonstra que os trabalhos da Comissão de Linhas telegráficas chefiadas por Cândido Mariano Rondon no Mato Grosso ajudaram a fechar o circuito telegráfico do Brasil. Esse mapa é a reprodução das rotas projetadas pelo então Coronel Rondon apresentado na conferência de 1915 (RONDON, 1916).

Mapa 2: Interligação das linhas telegráficas no Brasil (1915)



Fonte: O mapa demonstra a interligação do território brasileiro por linhas de telégrafos. As linhas pontilhadas se referem às ligações marítimas, as tracejadas, às ligações por terra. As linhas contínuas foram construídas por Cândido Mariano Rondon. In: José Mauro Gagliardi, **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989. p 167.

Devido ao sucesso obtido pelo oficial Candido Mariano Silva Rondon na implementação das linhas de telegrafo no Mato Grosso, ele também foi escolhido para liderar as comissões de integração do norte do Brasil, inclusive a então recente região incorporada à República, o estado do Acre.

Capítulo 3: A cooptação dos povos indígenas do Mato Grosso para a construção e ampliação das linhas telegráficas, sob orientação da ideologia positivista

No capítulo anterior vimos que o pensamento dos militares no início da República tinha uma orientação positivista e que percebiam o telégrafo elétrico como uma parte importante do processo de “construção da nação”. Os espaços conquistados das fronteiras tornavam-se territórios nacionais; os indígenas e os sertanejos dispersos no territórios isolados seriam integrados ao território brasileiro.

Concomitante à instalação das linhas telegráficas considerava-se que as comissões também estavam fazendo um trabalho de conhecimento do Brasil, de explorações geográficas, ampliando o conhecimento científico e cartográfico de toda aquela fronteira.¹² Sob a condução de Rondon, por exemplo, foram construídas estradas de rodagem, foram cartografadas uma imensa região e seus rios. Os trabalhos da “Comissão de Linhas Telegráficas” deram origem a mais de uma centena de publicações científicas. (OLIVEIRA, 2006).

Essas comissões eram consideradas ainda “missões civilizadoras”, uma vez que ao adentrar territórios desconectados da capital federal havia a intenção de colonizá-los, desenvolver a agropecuária local e, ao abrir estradas, conectar essas novas regiões à “civilização”.

As tarefas demandavam bastante trabalho humano. Utilizavam-se antigas estradas que ligavam Goiás ao Mato Grosso, que a muito tempo haviam sido abandonadas, ainda no período imperial, devido a ataques de povos indígenas não “pacificados”. A comissão passou a reabrir essas estradas para o comércio de suprimentos para manutenção dos trabalhadores da comissão e também para obtenção de insumos para a construção das linhas. Os fios de cobre vinham do Rio de Janeiro por navio, mas os postes de madeira e suprimentos alimentícios eram obtidos nas localidades onde as linhas de telégrafo eram construídas. Outro item importante para o transporte de materiais eram bois que puxavam os “carraços” com os suprimentos utilizados.

¹² *Idem ibidem.*

Esses bois eram comprados dos fazendeiros nas regiões próximas às construções das linhas telegráficas.

Havia também a necessidade humana para a manutenção dos telégrafos. De acordo com Laura Antunes Maciel (2001), um dos grandes desafios enfrentado para a construção das linhas foram as constantes falhas e interrupções na comunicação, devido à falta de preparo do pessoal técnico responsável pela administração dos telégrafos. E por isso os indígenas da região foram considerados como uma possibilidade de participação na construção e manutenção das linhas telegráficas, pois habitavam e conheciam a região.

Este aspecto parece evidenciar uma contradição, pois as regiões oeste e norte do Brasil ao final do século XIX eram representadas como amplas áreas de vazio demográfico, ou seja, representava-se o país como possuidor de áreas desabitadas, uma vez que se “ignorava” as populações indígenas presentes nessas regiões. Por outro lado, falava-se de indígenas não civilizados na região, de ataques, de conflitos com indígenas e caucheiros. Portanto, não é de fato uma contradição, apenas que, como reflete Ignez Ferreira, o “vazio da fronteira” inserido no discurso civilizador serve apenas para legitimar a tomada e a incorporação de novas terras, posto que invadir o vazio parece bem mais legítimo do que tomar territórios de posse indígena secular. (FERREIRA, 1988)

O trabalho das comissões implicaria certamente o contato dos indígenas com os membros da comissão, com todos os trabalhadores envolvidos nas várias tarefas e ainda com aqueles que passariam a viver nessas regiões colonizadas.

Os membros da Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Mato Grosso priorizaram como uma de suas principais diretrizes orientar os trabalhadores e evitar confrontos com os indígenas. Desde o início de sua atuação Cândido Mariano Rondon, orientado pelo Coronel Gomes Carneiro sob a luz da educação positivista, utilizou a famosa “técnica de pacificação”, que visava à cooperação dos povos indígenas da região.

A “técnica” de Rondon consistia em uma abordagem de contato pacífico com as populações indígenas, baseada em princípios de respeito à cultura e autonomia desses povos. Ela foi praticada por Marechal Cândido Rondon, durante as expedições no Brasil no século XIX e início do XX. A técnica visava promover a convivência pacífica entre as comunidades indígenas e a sociedade brasileira, sem uso da força e com o objetivo de preservar as culturas indígenas e proteger os direitos desses povos.

Acompanhavam Rondon profissionais de diversas áreas, como médicos, antropólogos e engenheiros. Como a ideia era estabelecer uma comunicação sem o uso da força, os integrantes das expedições eram orientados a seguir uma série de regras, como: não portar

armas, não se envolver em conflitos, respeitar a cultura e os costumes das comunidades indígenas, entre outras. O objetivo era construir uma relação de confiança com os indígenas e promover a pacificação de forma harmônica. Além disso, as expedições realizavam atividades de caráter assistencial, como a prestação de cuidados médicos, para ajudar a melhorar as condições de vida dessas comunidades.¹³

Já no final do século XIX os trabalhos da linha telegráfica que seguia no sentido da fronteira oeste envolveram a cooperação do povo Bororo, em diversos levantamentos geográficos. (OLIVEIRA, 2006) Ocupando uma extensa região que incluía O estado do Mato Grosso, além das margens do Rio Xingu, a Bolívia e a região central de Goiás, os Bororos fizeram contato com a sociedade não-indígena desde o século XVIII, com a chegada de colonizadores e missionários europeus ao território brasileiro. (CUNHA, 1998)

Há registros que contabilizam os Bororos como uma população de 10 mil indivíduos à época da construção das linhas telegráficas. Na primeira comissão republicana designada para a região, a Comissão de linhas de Cuiabá ao Araguaia (1890-1891), chefiada pelo Coronel Gomes Carneiro, o então alferes Cândido Rondon registra o seguinte relato em suas memórias:

Os bororos, embora já pacificados alguns, os do Baixo São Lourenço, eram os de leste guerreiros primitivos, habituados a ver nos brancos que atravessavam a estrada inimigos armados para matá-los e com quem, por isso, se consideravam em permanente estado de guerra. Foi, então, que Gomes Carneiro se revelou grande conhecedor do problema indígena, o nobre defensor dos donos das terras que atravessamos, nossos irmãos da selva. Proibiu terminantemente, em cartazes que mandou afixar ao longo das linhas, que neles se atirasse, ainda que fosse para afugentá-los (VIVEIROS, 2010. p. 63).

Rondon contou ainda com a participação dos povos Paresi e Cabixi para a instalação do telégrafo e a inauguração de estações telegráficas. Assim, a missão “civilizadora” dirigida por engenheiros-militares positivistas ia comunicando aos indígenas os rituais cívicos da Comissão Telegráfica, como também as novas tradições e as rotinas a serem adotadas.

Os povos Paresi são uma tribo indígena da região do Xingu, no Brasil. Eles fazem parte de uma confederação de povos indígenas conhecida como Povos do Xingu. Os Paresi enfrentaram desafios históricos, incluindo a perda de terras, a exploração econômica e a difusão de doenças, mas continuam preservando sua cultura e identidade. Já os povos Cabixi se localizam principalmente na região central do que hoje é conhecido como Rondônia, eles

¹³ *Idem ibidem.*

também enfrentaram desafios tais como a perda de suas terras e a exploração econômica e a difusão de doenças, a "Técnica de pacificação indígena" de Rondon foi uma importante mudança de paradigmas para como se lidava com esses povos na região.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1998), a Comissão fazia uma distinção entre o sertão conhecido e o sertão desconhecido, pois enquanto havia povos indígenas hostis, mas com algum contato com a população "branca", havia regiões totalmente desconhecidas e povos indígenas nunca contactados, dos quais não se sabia o número de indivíduos e nem se conhecia como se comportariam diante de uma invasão ao seu território. Mesmo percebendo ambiguidade no ideário positivista quanto à forma de perceber e lidar com os indígenas, pois se fala em pacificação, mas ao mesmo tempo na "inexorabilidade do progresso e no fim das sociedades indígenas", destaca a autora:

Não se deve, entretanto, cair na grosseira armadilha de fazer desses debates apenas o instrumento de uma política de extermínio. Bastará, como contraexemplo, lembrar o evolucionismo intrínseco dos positivistas, que advogaram, no entanto, uma política indigenista das mais respeitadas que o Brasil conheceu (CUNHA, 1998, p.135).

Também para José Mauro Gagliardi (1989), o positivismo brasileiro, embora reproduzindo as ambiguidades da sociedade burguesa, acreditava na possibilidade de fazer cumprir os direitos que a lei apenas formalmente assegura aos homens e prestou inestimável ajuda às populações indígenas. Numa época em que os índios eram exterminados a bala, por serem considerados um empecilho ao progresso, o Apostolado Positivista do Brasil adotou como uma das suas bandeiras de luta a defesa desses povos e dos territórios que habitavam. A sua preocupação com o destino das populações indígenas tornou-se pública no final do século XIX.

3.1 A articulação entre "Comissões de Linhas Telegráficas", o Positivismo e o "Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais"

A ideologia positivista elaborada pelo francês August Comte teve uma grande influência na sociedade brasileira, especialmente na Primeira República. No Brasil, o Apostolado Positivista foi fundado no final do século XIX, pelo frade francês Henri Dunant, sob um discurso de aproximar a fé cristã da ciência e da filosofia positivista.

No Brasil, na virada do do século XIX para o XX, um grupo de pensadores positivistas ergueu a bandeira em favor da causa indígena. Com a instauração da República, os positivistas detinham uma certa influência entre os militares. Desse modo, por meio do Apostolado Positivista do Brasil surgiu a única proposta encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, em 1891, sobre os direitos dos índios:

Art. 1º — A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fórmulas convenientes a cada caso, a saber:

1. Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.

11. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (MENDES, R. Teixeira, 1890 p. 16 apud RODRIGUES, 2019, p.189)

A proposta do Apostolado destacava a constituição étnica do Brasil e reconhecia a soberania indígena. Os positivistas consideravam os povos indígenas livres e donos dos territórios que ocupavam. É interessante observar que, o contexto da recém-fundada República era a de estados defendendo ardorosamente a federação, mas que não se totalmente alheava às questões indígenas.

A maioria dos problemas envolvendo os índios eram discutidos em níveis estaduais, mas todos os ministérios federais estavam envolvidos em questões ligadas aos indígenas, principalmente devido aos conflitos fundiários. A situação era de constantes confrontos entre colonos e indígenas, havia a questão dos imigrantes e ainda a discussão se os indígenas seriam ou não capacitados para se integrar à sociedade nacional.

Lembremos que a República se instaura apenas um ano após a Abolição da escravidão, quando discute-se a segurança agrícola brasileira, a necessidade ou não da mão de obra estrangeira, conforme a região do país. Portanto, a proteção dos povos indígenas se assentava também na lógica de se proteger uma mão de obra em potencial para se interiorizar a produção agrícola no Brasil, por meio de mão de obra indígena.

Nesse contexto foi que se deu a gestação do “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” (SPILTN), em 1910, integrado ao Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Além da proteção aos índios, abrangendo as tarefas de fixação no campo da mão-de-obra rural não estrangeira — notadamente a que se supunha ser de ex-escravizados —, por meio de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de unidades de ação denominadas centros agrícolas. (SOUZA LIMA, 1987).

Embora o objetivo do nosso trabalho seja historicizar a expansão das Linhas Telegráficas na fronteira oeste do Brasil (1890 a 1915), abordamos aqui a criação do SPILTN porque ambas as atividades, o trabalho das Comissões Telegráficas e o SPILTN, se dão coetaneamente, ambos consideram a incorporação dos territórios (e de seus povos) desconhecidos à civilização e à produção nacionais, ambos são orientados pelo ideário positivista e também porque, devido à experiência de contato com os indígenas feito pelas Comissões, seus líderes serão chamados a discutir sobre a constituição do SPILTN e inclusive a participar de sua gestão.

A criação do SPILTN inseriu-se no processo de expansão do Estado na Primeira República, quando o trabalho livre se tornava dominante nas atividades centrais da economia, numa sociedade marcada por um sistema de repressão da força de trabalho legalmente definidos. (CUNHA, 1998) O Estado tentava reestruturar numerosos serviços até então dispersos em outros aparelhos de poder que não os estatais.

Havia outras instituições que procuravam sistematizar as questões do trabalho agrícola, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), de caráter privado, constituída em 1897, no Rio de Janeiro, responsável pela sistematização de interesses de segmentos agrários regionais, que não o dos cafeicultores paulistas, aliados aos empreendedores urbanos, a grandes interesses mercantis e financeiros internacionais.

Pois bem, a partir do trabalho nas Comissões de Linhas Telegráficas em Mato Grosso, Cândido Rondon e outros militares positivistas de sua equipe vinham integrando redes de relações políticas regionais e nacionais vinculadas a instituições civis no intuito de integrar a população indígena à sociedade.

E durante o governo do presidente Nilo Peçanha (14/06/1909 a 15/11/1910) que o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) Rodolfo Miranda por meio de uma carta em 1910, convidou o então Tenente-Coronel Cândido Rondon a dirigir o serviço a ser criado, evidenciando publicamente a articulação entre o militar, com sua prática de construção de linhas telegráficas de caráter estratégico, e as tarefas que já que já eram pensadas no ministério. (CUNHA, 1998)

Rondon organizaria o SPILTN a partir de uma rede de colaboradores extraída dos membros do Apostolado Positivista do Brasil, equipe que, em sua maioria, era de militares e de integrantes da comissão telegráfica que então dirigia no Mato Grosso.

O SPILTN, primeira agência da República a gerenciar povos indígenas, foi também a primeira iniciativa estatal a penetrar as regiões desconhecidas do país ocupadas por povos indígenas sem o uso da violência aberta, inspirados pelos preceitos do positivismo. Portanto, o ideário positivista orientou não só a expansão das linhas telegráficas nas fronteiras oeste e norte, mas também os projetos de colonização nestas áreas e inúmeras expedições de cientistas naturais (SOUZA LIMA, 2015).

O regulamento de criação visava a proteger o indígena dos contratos de trabalho extorsivos e fiscalizar o tratamento que recebiam nas aldeias. Suas instituições, hábitos e vontades deveriam ser respeitados, com instruções para impedir a guerra entre eles. A educação seria limitada a uma simples orientação, sem coerção e a posse da terra seria efetivamente garantida.

O objetivo de respeitar as vontades dos indígenas e ao mesmo tempo de protegê-los se caracteriza pelo regime de tutela que, de fato, foi hegemônico na relação do Estado Brasileiro com as populações autóctones, de 1910 até a Constituição de 1988. João Pacheco de Oliveira, chama a atenção para o “o paradoxo da tutela”, questionando: _ o tutor existe para proteger o indígena da sociedade envolvente ou ele existe para defender os interesses mais amplos da sociedade junto aos indígenas? A tutela pode, de certa forma, ser caracterizada com um instrumento simples de dominação. (OLIVEIRA, 2006)

Quanto à orientação de “soluções científicas” para administração da sociedade indígena, o que seria de se esperar do ideário positivista, que deveria diferir da solução da integração jesuítica do passado colonial brasileiro, Oliveira chama a atenção sobre a formalização do SPILTN, que seguia o preceito republicano de separação Estado-Igreja. Pelo Decreto N° 8.0720, de 20 de junho de 1910, o SPILTN foi criado

tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios, dos nômades aos aldeados. O projeto do Serviço procurava afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo o preceito republicano de separação Igreja-Estado. Sua base era a ideia de que a condição de índio seria sempre transitória e que assim a política indigenista teria por finalidade transformar o índio num trabalhador nacional. Para isso, seriam adotados métodos e técnicas educacionais que controlariam o processo, estabelecendo mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas (OLIVEIRA, 2006: p.113).

Porém, alertou Antônio Carlos de Souza Lima, que embora os ideólogos desses projetos enunciassem os seus princípios com uma linguagem positivista e inclusive com uma retórica anticlerical, o modelo indigenista adotado retomou as formas de administração colonial empregadas pelos missionários jesuítas. (SOUZA LIMA, 2015) Segundo o autor, os postos indígenas do século XX mantinham muitos pontos de semelhança com os aldeamentos missionários constituídos no século XVI.

Ao analisar o quanto de orientação positivista fundamentou o texto que regulamentou e instituiu o SPILT, José Mauro Gagliardi destaca que não se incorporou a reivindicação mais importante do programa do Apostolado Positivista: reconhecer os povos indígenas como nações independentes, o que significaria reconhecer a soberania dos indígenas sobre os territórios que habitavam. (GAGLIARDI, 1989)

Resta-nos ainda problematizar a associação direta entre a “criação das técnicas de pacificação” e a atuação de Rondon frente aos povos indígenas. Certamente, a experiência adquirida por Rondon nas comissões, desde o final do século XIX, fez com que sua posição fosse bastante considerada no debate público, uma vez que seu relativo sucesso evidenciou a importância da participação das comunidades indígenas na integração, na construção de estradas e linhas de telégrafos. Mas o trabalho indicou o quanto dessa “técnica” de respeito e não violência procedia do ideário positivista e do aprendizado que Rondon teve dela com o Major Gomes Carneiro, que o introduziu no trabalho das Comissões.

No seu relatório da Comissão de linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-1891), Rondon escreve:

Desde muito cedo me empolgou o problema do brasilíndio. Expulso da terra, da qual era legítimo dono, pelo invasor que viera com mostra de paz trazer sangue, ruínas, destruição, é ele o mais digno de benemerência. Trata-se do resgate da mais sagrada dívida de honra, da reparação das mais dolorosas culpas e erros sociais de nossos antepassados (VIVEIROS, 2010. p. 313).

Aqui problematizamos a fala de Rondon quando diz que “desde muito cedo me empolgou o problema do brasilíndio”. Segundo sua biógrafa, Ester Viveiros, a descendência indígena era um problema identitário para ele na infância, motivo de desprezo pela sociedade mato-grossense. Tanto que, ao mudar para o Rio de Janeiro e ingressar na Escola Militar, solicitou ao seu superior a mudança do seu nome de forma a inserir o sobrenome espanhol “Rondon”, que não constava no seu registro de nascimento. Certamente, com a sua vivência e a valorização da sua experiência junto aos povos originários, Rondon passou a assumir sua ascendência indígena (VIVEIROS, 2010).

A escolha de Rondon foi importante para a nascente República, pois as “técnicas de pacificação”, estratégia supostamente inventada por ele eram um grande trunfo para a implementação dos objetivos do SPILTN. Tratava-se de atrair e ‘pacificar’, conquistar terras sem destruir os povos indígenas residentes, obtendo assim a mão de obra necessária ao desbravamento e preparação das terras não colonizadas, por meio de populações aclimatadas à floresta tropical. Assim se alcançaria dois objetivos: o de conhecer e se apossar dos espaços tidos como desconhecidos nos mapas da época, e a transformação do indígena em trabalhador nacional.

Considerações Finais

O telégrafo foi uma inovação tecnológica que revolucionou a forma como as informações eram transmitidas no mundo inteiro, incluindo o Brasil. Durante a Primeira República Brasileira, o telégrafo foi um elemento fundamental para a integração entre as províncias e a proteção das fronteiras do país.

Antes da chegada do telégrafo no Brasil, a comunicação era feita de forma extremamente lenta e ineficiente, o que dificultava a coordenação entre as autoridades provinciais e o Governo Imperial. À medida que as linhas telegráficas eram instaladas aumentava-se significativamente a disseminação de notícias, ordens e instruções. Isso ajudou a fortalecer a autoridade do governo central e a unificar o país.

O Exército teve um papel central nesta frente da modernização da Primeira República — o da instalação e ampliação das linhas telegráficas; a qual se lançaram imbuídos pela ideologia positivista, pela perspectiva “científica e racional para a resolução dos problemas sociais e políticos da nova República”, segundo a formação militar da Escola da Praia Vermelha. Esta frente modernizadora — o telégrafo elétrico, era defendido pelos militares como fundamental para a “integração da nação”.

As Comissões de Linhas Telegráficas eram vistas como “missões civilizadoras”, visavam a colonização, o desenvolvimento e a conexão das novas regiões incorporadas com a “civilização”. O trabalho envolvido implicava em grande esforço humano, incluindo reabertura de antigas estradas e o desbravamento de regiões de floresta virgem.

Com constantes interrupções na comunicação instalada, viu-se que a manutenção dos telégrafos era um grande desafio e passou-se a considerar a participação dos indígenas no projeto.

A presença dos indígenas acabou se revelando fundamental na construção e manutenção das linhas telegráficas, ao mesmo tempo em que eles iam sendo incorporados ao processo de “construção da nação”. Embora muitas vezes ignorados e representados como “não civilizados”, os indígenas eram conhecedores da região e foram utilizados pelas comissões

como uma solução para os constantes problemas de interrupções na comunicação telegráfica.

Mas a historiografia hegemônica ainda atribui o sucesso do feito épico— “desbravar” a fronteira oeste com seus pântanos, florestas, variação de temperaturas, doenças e mosquitos— apenas ao “grande homem “militar” Marechal Rondon. A participação indígena para o sucesso do projeto não é destacado. Os indígenas apenas estavam lá, no caminho, até então desconhecidos pelos civilizados.

A habilidade e conhecimento desses povos na construção de estruturas e na sobrevivência na geografia da região contribuiu para a construção dessas linhas, e que foi inclusive reconhecido pelos militares que participaram dessa empreitada, em especial pelo oficial Candido Mariano Rondon. A atuação dos índios na construção das linhas telegráficas evidencia a participação, a importância e a capacidade desses povos na formação do Brasil moderno.

Acreditamos que o estudo abre reflexões sobre a necessidade de se aprofundar a participação indígena na historicidade de nossa construção como nação. E que esse “capítulo” da história brasileira, os 25 anos de construção e expansão das linhas telegráficas para abarcar o território brasileiro, merece estudo aprofundado, no que se refere às relações entre indígenas e sociedade não-indígena, contribuindo para o avanço no entendimento da questão indígena passada e atual.

Fontes

BRASIL. Leis. **Legislação indigenista**. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

CORREIO DA MANHÃ. **Biblioteca Nacional (BN)**. Rio de Janeiro. Ed. 21197. 6 de maio de 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=28733. Acesso em: 20 set. 2020.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Revista Americana. Seção 2: p. 178-188 jun. 1909. <<http://memoria.bn.br/DocReader/052558/155>> Acesso em 12/01/2023.

MISSÃO RONDON. **Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Pelos nossos aborígenes: apelo ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1915.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon no Teatro Fênix do Rio de Janeiro sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica**. Rio de Janeiro: CLTEMTA. (Publicação n.42), 1916.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Relatório dos Trabalhos realizados de 1900-1906. Comissão das linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publicação nº 69-70, 1949.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A civilização dos indígenas brasileiros e a política moderna**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, n. 294, 1910.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- ALMEIDA, Antônio Cavalcante. **Aspectos das políticas indigenistas no Brasil**. Campo Grande - MS: Interações. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. 2018.
- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da Geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, nº 44 outubro, 2000.
- BRANDI, Paulo. **Gustavo Capanema Filho**. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho>> Acesso em: 05 fev. 2023.
- BRITO, Carolina Arouca Gomes de. **A Comissão Rondon – Ciência Medicina e Integração Nacional (1907-1915)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História do Índio no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Brasília: Editora. Universidade de Brasília, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

- DOMINGUES, Cesar Machado. **A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste**. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, 2010.
- FAUSTO, BORIS. **História geral da civilização Brasileira**, Tomo III: v.9: O Brasil Republicano. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FERREIRA, Ignez. “Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola”. In: AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LEVI, Giovani, Ilusões biográficas. In. Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LUNA, Isabel de; SOUSA, Ana Catarina; LEAL, Rui Sá. Telegrafia visual na guerra peninsular (1807-1814). Santa Catarina: Câmara Municipal de Mafra. Boletim Cultural, 2008.
- MACEDO, J. M. de Araripe. **Recenseamento do Brasil. Vol. 2**. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. Brasil, 1922.
- MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ/FAPESPE, 1998.
- MACIEL, Laura Antunes. **Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.
- MATO GROSSO (Estado). **Geografia**. Secretaria de Estado de Cultura Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/geografia>>. Acesso em: jan. 2022.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A Modernidade Republicana**. Tempo, vol.13 no.26: Niterói-RJ, 2009.
- NOVAIS, A. Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PESSOA, S. B.; MARTINS, A. V. **Parasitologia médica**. 11.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1982.
- PROCLAMAÇÃO da república. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC. Disponível

em:<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PROCLAMA%C3%87%C3%83O%20DA%20REP%C3%9ABLICA.pdf>>. Acesso em: 30 setembro. 2020.

RÉMOND René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1858.

RODRIGUES, Cíntia Régia. **O Apostolado Positivista do Brasil e o SPILTN: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 185-203, Apr. 2019. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2019000100185&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Feb. 2023.

SÁ, Dominichi Miranda de ; SA, Magali. R. ; LIMA, Nisia Trindade . **Telégrafos e Inventário do Território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, p. 779-810, 2008.

SILVA, Mauro Costa Da; MOREIRA, Ildeu De Castro. **A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870)**. Rio de Janeiro: REVISTA DA SBHC. v. 5, n. 1, p. 47-62, jan./jul. 2007.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI**. Mana (UFRJ. Impresso), v. 21, p. 425-457, 2015.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **A Belle Époque na Europa: um retrato da sociedade e da cultura do século XIX**. Porto Alegre-RS: Editora Globo, 2000.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Daniel Guilherme Rodrigues Gama, RG 2580530 SSP-DF, CPF 022.553.981-09, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A expansão das linhas telegráficas na fronteira oeste do Brasil: uma das frentes da Modernização na I República (1890 a 1915)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 16 fevereiro de 2023



Daniel Guilherme Rodrigues Gama